

DAS “UTOPIAS MUSEAIS” AO PRAGMATISMO ESTRUTURADO:

DECLARAÇÃO DE SALVADOR E PROGRAMA IBERMUSEUS

MARCELO LAGES MURTA
MARIO DE SOUZA CHAGAS

Introdução

1. Ver BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A nova esquerda: uma visão a partir do sul”, *Filosofia Política*, vol. 6, (2000): 144-178, para as articulações tomadas pela denominada “Nova Esquerda” nos países do Sul; e SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad / Programa Democracia y Transformación Global, Lima, 2010, para as redefinições políticas na América Latina do século XXI.

2. A exemplo da Argentina em 1983, Bolívia e Brasil em 1985, Chile em 1990, Uruguai em 1984, El Salvador em 1979, Guatemala em 1985, Paraguai em 1989.

3. O autor Rodrigo Uprimny, na obra *The recent transformation of Constitutional Law in Latin America: Trends and Challenges*, explicita essas mudanças constitucionais na América Latina – das doutrinas jurídicas e reformas orgânicas desde os anos 1980 até as mais recentes constituições dos anos 2000. Boaventura de Sousa Santos também aborda essa questão na obra *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad / Programa Democracia y Transformación Global, Lima, 2010.

Em 2007, quando ocorreu em Salvador/BA o I Encontro Ibero-Americano de Museus, vivia-se em quase toda a Ibero-América a experiência da ascensão ao poder da denominada “Nova Esquerda”. Na ressaca das fracassadas medidas neoliberais do “Consenso de Washington” dos anos 1980 e 1990, estabeleceram-se, então, políticas públicas que almejam a inclusão e a participação de grupos sociais específicos – até então aliados das práticas políticas e decisórias – em processos de política participativa e de enfrentamento de históricas injustiças sociais. Tais processos e experiências iniciaram-se após as quedas dos regimes autoritários nos anos 1980 e 1990² e na onda de reformas constitucionais dos países latino-americanos, com claro enfoque na diversidade e no reconhecimento de direitos individuais e coletivos de povos indígenas, afrodescendentes e das comunidades LGBT, além dos direitos humanos e outros direitos cidadãos. Observaram-se, então, mudanças nos processos políticos e também em textos legais e constitucionais, que passaram a sinalizar a favor do reconhecimento das pluralidades, da diversidade cultural e do abandono do investimento em projetos homogeneizadores, contrários ao reconhecimento multiétnico, plurinacional e pluricultural³.

O setor de museus⁴ envolveu-se nessa conjuntura e, se houve, nesse momento, o desenho de uma *utopia museal*⁵, ele expressou-se nos resultados do referido Encontro de 2007. Na ocasião, foi firmada a Declaração de Salvador pelos vinte e dois representantes dos países ibero-americanos, na qual se expuseram os anseios e projetos do setor em favor de políticas públicas participativas, inclusivas e de uma museologia libertária, que buscasse a emancipação dos sujeitos a partir de suas memórias. Não se afirma aqui, obviamente, a existência de uma museologia homogênea nesse período (primeira década do século XXI) e nesse espaço (a Ibero-América), mas reconhece-se que houve certo consenso ou, ao menos, certa convergência, na aplicação de políticas para os museus, o que resultou posteriormente na efetivação de uma estrutura para o desenho e aplicação de políticas específicas (o Programa IberoMuseus). Conforme salientado por Ana Azor Lacasta,

a complexidade do setor museológico contém situações heterogêneas, inclusive dentro de cada país, em função de variáveis históricas, geográficas, econômicas, sociais e políticas, que têm levado os museus por caminhos diversos e dado lugar a realidades

4 No Brasil, nos últimos 13 anos, a expressão "setor cultural" passou a ser utilizada pelo Ministério da Cultura para designar manifestações, expressões e linguagens culturais que têm especificidades claramente identificadas. No momento, existem 19 setores culturais com representação no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC: arquitetura, circo, dança, música, arquivos, arte digital, design, patrimônio material, artes visuais, cultura afro, livro e leitura, patrimônio imaterial, artesanato, cultura indígena, moda, teatro, audiovisual, cultura popular e museus.

5. O termo 'utopia museal' foi citado na apresentação da Declaração de Salvador ao evidenciar a sua inspiração na Mesa-Redonda de Santiago: "A Declaração da Cidade de Salvador, 35 anos depois da Declaração de Santiago do Chile, de algum modo, traz a possibilidade de renovação dos sonhos e de reinvenção das utopias museais". O documento de 1972 não utiliza o termo 'utopia', mas, conforme o destaca Alan Trampe na reedição comemorativa dos 40 anos da Mesa: "Seus participantes sonham com museus permeáveis e translúcidos que favoreçam o reencontro com as comunidades no sentido das perspectivas futuras para os museus". Tais sentidos de *sonhos* e *utopias* associados aos museus vêm sendo debatidos em diversos grupos, seja na museologia ibero-americana, nos debates e estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, seja em espaços como a Universidade de Leicester, no Reino Unido, que em 2012, em outro contexto, desenvolveu um simpósio intitulado *Museum Utopias*, e promove diversas investigações sobre ativismo e museus, valor social dos museus e museus e política.



Santiago, setembro de 2009. Naquele ano, a capital chilena foi palco do III Encontro Ibero-Americano de Museus. Sob o tema "Museus em um contexto de crise", representantes da Ibero-América destacaram a importância da definição e criação de políticas públicas para o âmbito dos museus como fatores de desenvolvimento cultural e social, especialmente em contextos de crise.

“Em 2007, quando ocorreu em Salvador/BA o I Encontro Ibero-Americano de Museus, vivia-se em quase toda a Ibero-América a ascensão ao poder de uma chamada “Nova Esquerda”. Na ressaca das fracassadas medidas neoliberais do “Consenso de Washington” dos anos 1980 e 1990, estabeleceram-se, então, políticas que almejavam a inclusão e a participação de grupos antes alijados dos processos políticos e decisórios, em perspectivas políticas participativas e de resolução de históricas injustiças sociais.”

muito diferentes. Entretanto, podemos apreciar determinados movimentos em uma mesma direção, que poderíamos resumir no desenvolvimento de uma museologia socialmente comprometida, cujo espírito foi adotado na Declaração da Cidade de Salvador de 2007, herdeira da Carta de Santiago do Chile de 1972, que intercede pela renovação dos sonhos e pela reinvenção das utopias museais⁶.

Este artigo analisa o contexto de produção da Declaração de Salvador em 2007 e os seus desdobramentos até o ano de 2015. Inicialmente, aborda-se o texto da Declaração e são discutidos os seus conceitos e as suas inspirações. Em seguida, faz-se uma contextualização institucional e política do Encontro de Salvador e a culminância na estruturação do Programa Ibermuseus. Finalmente, analisa-se a execução dos recursos do Programa por meio de duas de suas principais linhas de ação: o edital de curadoria e o edital de educação e museus.

Se o intento inicial que inspirou a Declaração de Salvador parte de uma *utopia museal*, voltada ao fortalecimento de grupos sociais e movimentos comunitários, contra as poderosas museologias tradicionais e a convergência meramente mercadológica das instituições e seus projetos, o que se revela como resultado, em mais de sete anos do Programa Ibermuseus, é uma certa continuidade na concentração de recursos e projetos em ao menos três eixos, ou três escalas:

6. LACASTA, Ana Azor. *Redes de Museos en Iberoamérica—Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas en el espacio iberoamericano*. Ministerio de Cultura. Madrid, 2009. Texto introdutório. Tradução livre.

1. entre os países mais ricos, chamados *desenvolvidos*⁷, ou com melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH);
2. entre os centros políticos e econômicos dos países (capitais nacionais e regionais);
3. entre as instituições tradicionais, já estruturadas, e instituições com forte inserção mercadológica ou apadrinhadas por grandes empresas.

Ao centralizar a sua política na cultura de editais meritocráticos e num sentido que permeia “condutas antecipadoras que chegam perto da obsessão projetiva”⁸, na perspectiva de um certo “pragmatismo estruturado”⁹, as políticas públicas para os museus acabam por favorecer processos tradicionais, avessos aos processos museais em perspectiva *freiriana*¹⁰, rejeitando a *utopia museal* de relações horizontalizadas e produções criativas espontâneas, e transformando, assim, a sua estruturação padronizada em fantasias do presente.

Declaração de Salvador – inspiração e espectro ideológico

A Declaração de Salvador é fruto do I Encontro Ibero-Americano de Museus (2007). A sua criação responde a amplos contextos da Museologia e da Cultura, que há décadas geram textos internacionais que inspiram (ou são inspirados por) políticas públicas pelo mundo. Tal é o exemplo das declarações, recomendações e convenções da Unesco, do Icom, além de fóruns regionais e articulações para a consolidação de conceitos e movimentos, como a Declaração de Quebec (1984), a Declaração de Oaxtepec (1984) e a formação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), em Lisboa (1985)¹¹.

O documento firmado em Salvador é claramente estruturado em quatro divisões: preâmbulo (13), diretrizes (13), propostas de linhas de ação (13) e recomendações (3). Amparado em documentos anteriores e ancorado em conceitos sobre Museus, Patrimônio e Cultura, o referido documento avança no sentido de indicar aspectos pragmáticos para o desenho de um plano de ação e geração de uma estrutura institucional que o pudesse viabilizar.

7. A noção de *desenvolvimento* tem recebido muitas críticas, sobretudo pela grande concentração em aspectos econômicos que tal concepção carrega, enfocando aspectos quantitativos e ignorando questões e dinâmicas muito específicas em cada contexto ou grupo social. Entretanto, considera-se para a análise neste artigo o IDH, dada a sua utilização no âmbito da Cooperação Internacional e a sua concepção aberta também a pontos como a educação e a saúde. De qualquer modo, é importante registrar que os autores não estão alinhados com o desejo de busca de um modelo de desenvolvimento; para os autores, o desafio é construir alternativas para o desenvolvimento.

8. BOUTINET, J. P. Antropologia do Projeto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

9. A expressão ‘pragmatismo estruturado’ é compreendida como a estruturação do Programa em práticas com a sua gestão orientada a resultados de desenvolvimento. Tais linhas são evidentes nas premissas que orientam a gestão do Programa Ibero-museus, patentes nas publicações e cursos da Fundación CIDEAL, conectada a várias práticas de Cooperação Internacional da Secretaria Geral Ibero-Americana.

10. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura – 25a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996

11. Ver Museologia e patrimônio: documentos fundamentais, Caderno de Sociomuseologia, v. 15, n. 15 (1999), publicado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, organizado por Judite Primo.

12. Em 2007 comemorava-se os 35 anos da Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

13. Sobre as teorias e práticas institucionais da Unesco foi acessado o relatório da diretora da Divisão de Políticas Culturais da instituição, Katérina Stenou: Unesco and the issue of Cultural Diversity – Review and Strategy, 1946 – 2004. A Study based on official documents. Katérina Stenou, 2004.

Em suas considerações iniciais, a Declaração invoca ao menos quatro documentos internacionais das áreas de museus, cultura e patrimônio: a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), a Carta Cultural Ibero-Americana (2006) e a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972)¹². Dessa forma, na associação de ideias desses textos e contextos, convergem três fatores importantes para a conformação do Programa Ibero-museus: a dinâmica ideológica dominante a partir dos anos 2000 no âmbito da Unesco, que enfatiza a democracia, a diversidade cultural e a imaterialidade do patrimônio em seus planos estratégicos e nos desenhos de suas ações¹³; a dinâmica setorial e conceitual, ao buscar na Mesa-Redonda de Santiago do Chile as bases de uma museologia socialmente comprometida; e a dinâmica contextual e situacional, ao articular os países ibero-americanos, já institucionalizados na Organização dos Estados Ibero-Americanos e na Secretaria Geral Ibero-Americana, na formação de um Programa específico para os museus dessa região, com base na ideia de Espaço Cultural Ibero-Americano presente na Carta Cultural de 2006.

“(...) se houve nesse momento uma certa utopia museal, esta expressou-se nos resultados do Encontro de 2007. Na ocasião, foi firmada a Declaração de Salvador pelos vinte e dois representantes dos países ibero-americanos, na qual expuseram-se os anseios e projetos do setor em favor de políticas públicas participativas, inclusivas e de uma museologia libertária, que buscasse a emancipação dos sujeitos a partir de suas memórias.”

“Se o intento inicial que inspirou a Declaração de Salvador parte de uma utopia museal, voltada ao fortalecimento de grupos sociais e movimentos comunitários, contra as museologias tradicionais e a convergência meramente mercadológica das instituições e seus projetos, o que se revela como resultado, em mais de sete anos do Ibermuseus, é uma certa continuidade na concentração de recursos e projetos em ao menos três eixos (...).”

Desde a sua fundação em 1946, a Unesco empreendeu ações ancoradas em conceitos e ideias acerca do papel da cultura nas sociedades. Em um primeiro momento, a cultura foi tratada como “chave para a paz”, no sentido de combate à “ignorância” entre as culturas e de fomento a processos educacionais. Com base na experiência fratricida das duas grandes guerras da primeira metade do século XX e no desejo de evitar novas guerras e conflitos, buscava-se a consolidação e a manutenção da paz, por meio do investimento em processos educacionais, culturais e científicos, baseados nas primeiras linhas do texto constitutivo da Unesco: “(...) uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz (...)”¹⁴. Nos anos seguintes, já nas décadas de 1960 e 1970, as discussões enveredaram-se para as relações entre cultura, política e identidade, frente às denominadas guerras coloniais e aos processos de descolonização que davam novas configurações ao mundo. Posteriormente, o conceito de *desenvolvimento endógeno* é valorizado nos processos culturais em marcha nos países e, finalmente, nas últimas décadas, são enfocados a cultura, a democracia e os direitos humanos em sociedades multiculturais, questões presentes nas declarações, convenções e recomendações da primeira década do século XXI, a exemplo da Convenção da Diversidade Cultural e da Recomendação do Patrimônio Imaterial.

14. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, adotada em 16 de novembro de 1945. Ver: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Última consulta realizada em 16 de abril de 2016.

“O documento firmado em Salvador é claramente estruturado em quatro divisões: 13 preâmbulos, 13 diretrizes, 13 propostas de linhas de ação e 3 recomendações. Parte, portanto, da sua base em documentos anteriores e do que se entende por Museus, Patrimônio e Cultura, à montagem de uma estrutura institucional.”

O investimento ideológico da Unesco, nas últimas décadas, representado em temas vinculados à diversidade cultural e à democracia¹⁵, está expresso no preâmbulo da Declaração de Salvador, onde se afirma que

os processos e sistemas democráticos contribuem para o desenvolvimento social, político e cultural, a ampliação da acessibilidade, a salvaguarda dos direitos de representação nas instituições culturais, o aperfeiçoamento da gestão cultural e a garantia da liberdade de criação e expressão dos indivíduos e grupos sociais¹⁶.

Evidencia-se a compreensão dos processos democráticos e dos direitos culturais como essenciais para o exercício da liberdade. A memória e o patrimônio, ademais, são tratados como direitos de todo cidadão, e, nesse sentido, destaca-se o papel que os museus podem exercer em relação “à apropriação criativa da memória e do patrimônio como parte dos direitos socioculturais” dos cidadãos ibero-americanos. Por esse caminho, e na esteira da *utopia museal*, os museus são considerados como

práticas sociais relevantes para o desenvolvimento compartilhado, como lugares de representação da diversidade cultural dos povos ibero-americanos, que partilham no presente memórias do passado e que querem construir juntos uma outra via de acesso ao futuro, com mais justiça, harmonia, solidariedade, liberdade, paz, dignidade e direitos humanos¹⁷.

Em termos conceituais e na forma como são entendidos os museus, a Mesa-Redonda de Santiago é tomada como referência principal para a Declaração de Salvador. Em 1972, frente às mais diversas mudanças sociais e políticas que ocorriam na América Latina, os profissionais

15. STENOUE, Katérina. Unesco and the issue of Cultural Diversity – Review and Strategy, 1946 – 2004. A Study based on official documents. Paris, 2004.

16. Declaração de Salvador. I Encontro Ibero-Americano de Museus. Salvador, 2007.

17. Idem.

reunidos em Santiago, no Chile, durante a presidência de Salvador Allende, acordaram a concepção do “museu integral”, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural”¹⁸. Os museus, no documento, são entendidos como instituições a serviço da sociedade, tendo como desafios as mudanças sociais, a “correção de injustiças históricas”, a “participação e engajamento de amplos setores da sociedade”, a produção de “exposições que se relacionem aos problemas das comunidades”, as “críticas sobre os processos de desenvolvimento” e o protagonismo de seus processos educativos¹⁹.

Em 2007, o discurso sobre a museologia assume tom semelhante, e os museus são compreendidos

como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e sua relação com o meio ambiente²⁰.

O preâmbulo da Declaração de Salvador, ademais, utiliza-se de uma relação situacional, contextual e geográfica, baseada, de um lado, na consolidação da noção de um Espaço Cultural Ibero-Americano presente na Carta Cultural Ibero-Americana de 2006 e, de outro, na base institucional já existente na conformação da Organização dos Estados Ibero-Americanos e da Secretaria Geral Ibero-Americana. Desse modo, sublinha-se o recorte geográfico e setorial de atuação do Programa nascente, ao evidenciar-se a necessidade de “criação de mecanismos multilaterais de cooperação e desenvolvimento de ações conjuntas no campo dos museus e da museologia dos países ibero-americanos”, de “articulação entre instituições”, e ao ser

18. Declaração de Santiago do Chile – Mesa-Redonda de Santiago do Chile – Icom, 1972 – Tradução Marcelo M. Araújo e M^a Cristina Bruno.

19. Idem.

20. Declaração de Salvador. I Encontro Ibero-Americano de Museus. Salvador, 2007.

“Em 1972, frente às mais diversas mudanças sociais e políticas que ocorriam na América Latina, os profissionais reunidos em Santiago, no Chile, na presidência de Salvador Allende, acordaram a concepção do “museu integral” (...).”

“O preâmbulo da Declaração de Salvador, ademais, utiliza-se de uma relação situacional, contextual e geográfica baseada, de um lado, na consolidação da noção de um Espaço Cultural Ibero-Americano presente na Carta Cultural Ibero-Americana de 2006 e, de outro, na base institucional já existente na conformação da Organização dos Estados Ibero-Americanos e da Secretaria Geral Ibero-Americana.”

21. Idem.

destacada a importância da geração de mecanismos de intercâmbio e o reconhecimento de “participação de todos os países da Ibero-América”²¹.

As diretrizes apresentadas na segunda parte do documento reforçam as concepções de museus, cultura e patrimônio trabalhadas na primeira parte do texto e definem certas indicações para a implantação das políticas públicas para os museus. Concebe-se, então, a cultura como “bem de valor simbólico”, “direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável” e o valor da Diversidade Cultural para a dignidade social e o desenvolvimento integral do ser humano. Além disso, reforça-se a ideia dos museus “a serviço da sociedade”, como “práticas sociais estratégicas para o desenvolvimento dos países ibero-americanos e como processos de representação das diversidades étnica, social, cultural, linguística, ideológica, de gênero, de credo, de orientação sexual e outras” e do direito à memória “dos grupos e movimentos sociais”. Grupos historicamente excluídos das políticas culturais são afirmados como prioridades no conjunto da diversidade do patrimônio cultural, quando se busca a “plena participação em todos os níveis da vida cidadã” dos “povos indígenas, afrodescendentes e populações migrantes e imigrantes”.

As diretrizes perpassam a noção dos museus como espaços de “comunicação, investigação, documentação e preservação da herança cultural”, com a missão de educação para a transformação da realidade social, buscando também a “valorização dos diversos tipos de museus”, enfatizando os “museus comunitários, ecomuseus, museus de território,

museus locais, museus de resistência e de direitos humanos”. Nesse ponto, reforça-se a ideia de “processo museológico” como “exercício de leitura do mundo que possibilita aos sujeitos sociais a capacidade de interpretar e transformar a realidade para a construção de uma cidadania democrática e cultural propiciando a participação ativa da comunidade no desenho das políticas museais”.

Na terceira parte do documento são propostas linhas de ação que concretizam os conceitos e ideias apresentados, entre as quais se encontram: (1) a criação do Programa Ibero-museus; (2) da Rede Ibero-Americana de Museus, voltada a instituições públicas, privadas e profissionais; (3) do Programa de Formação e Capacitação; (4) a instituição do Cadastro de Museus Ibero-Americanos; (5) do Observatório dos Museus Ibero-Americanos; (6) do Portal Ibero-museus; (7) o fomento à circulação de bens e exposições; (8) o estímulo ao desenvolvimento de sistemas de classificação; (9) de uma linha editorial; (10) do combate ao tráfico ilícito de bens culturais; (11) a criação de uma agenda comum para o Ano Ibero-Americano de Museus em 2008; (12) a organização de eventos; (13) articulação entre os museus e as comemorações de efemérides históricas, como o bicentenário das independências e bicentenário da chegada da família real ao Brasil. Trata-se, afinal, do delineamento de linhas específicas para a execução de projetos, o que revela a exequibilidade e possibilidade de institucionalização daquilo que fora antes estabelecido como definições gerais.

“(...) reforça-se a ideia dos museus “a serviço da sociedade”, como “práticas sociais estratégicas para o desenvolvimento dos países ibero-americanos e como processos de representação das diversidades étnica, social, cultural, linguística, ideológica, de gênero, de credo, de orientação sexual e outras” e do direito à memória “dos grupos e movimentos sociais.”

“As linhas de ação de Educação e Museus e de Curadoria são, desde 2010, as principais iniciativas do Programa que permitem o fomento direto a instituições, museus, associações, organizações, coletivos e outros “processos de memória”, por meio de editais de concorrência pública.”

Finalmente, entre as três recomendações finais, estabelece-se o compromisso de financiamento das propostas pelos Estados-Nação de maneira multilateral, o fomento a políticas públicas de comunicação, educação, preservação e investigação em museus e a promoção do turismo cultural no Espaço Ibero-Americano.

Programa Ibermuseus – processo para a sua estruturação

Do comprometimento dos países signatários da Declaração de Salvador à colocação em marcha do Programa Ibermuseus travaram-se muitos encaminhamentos burocráticos e políticos, observados desde junho de 2007 até a efetivação do Programa em 2008. O documento de Salvador foi discutido na X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Cultura de Valparaíso (julho de 2007), quando os representantes ali presentes acordaram ratificar a Declaração de Salvador da Bahia²².

Em novembro do mesmo ano, na XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Santiago do Chile, o documento foi levado para aprovação e inserção no *Programa de Acción – XVII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno*, que definiu pela aprovação da Iniciativa Ibermuseus, o que supõe a participação de ao menos três países, e a garantia orçamentária de ao menos 150.000€ anuais²³. Na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de São Salvador, em outubro de 2008, foi decidida, finalmente, a transformação da Iniciativa em Programa²⁴, o que foi garantido pelo compromisso formalmente assumido por dez Estados-Nação e pela definição de um orçamento para o seu funcionamento.

22. X Conferência Ibero-Americana de Cultura – Declaração de Valparaíso (2007).

23. Manual Operativo de la Cooperación Iberoamericana. Disponível na Secretaria Geral Ibero-Americana e na Organização dos Estados Ibero-Americanos. Inicialmente, fizeram parte da Iniciativa, como financiadores, Brasil, Colômbia e Espanha.

24. Programa de Acción de San Salvador (2008); Manual Operativo de la Cooperación Iberoamericana. Aprobado en la XX Cumbre Iberoamericana de Mar del Plata (2010). Para ser aprovado como Programa Ibero-Americano deve-se ter um orçamento operativo mínimo que assegure o seu alcance e a sua sustentabilidade. Este orçamento mínimo anual é de 250.000 euros para os Programas que somente incorporem atividades de cooperação técnica, e de 500.000 euros para aqueles com incorporação de fundos ou outras atividades de Cooperação Financeira. Para a transformação em Programa Ibero-Americano, o Ibermuseus contou então com a inclusão dos seguintes países financiadores, que se juntaram ao Brasil, à Colômbia e à Espanha: Argentina, Chile, Equador, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

Percebe-se, nesse processo, a senda que parte do compromisso canalizado dos representantes da área dos museus em Salvador, com base em articulações e organizações internas em cada país, como no caso do Ibram²⁵ e da Política Nacional de Museus no Brasil²⁶ e em outros contextos, como Espanha, Colômbia e Chile²⁷, e desemboca no compromisso de ministros de cultura e, finalmente, na ratificação do documento em reunião de chefes de Estado e na aprovação do Programa. A tabela abaixo resume esse processo, com a listagem dos eventos e resultados:

Tabela I			
Data	Local	Evento	Resultado
26 a 28 de jun. de 2007	Salvador, Bahia, Brasil	I Encontro Ibero-Americano de Museus	Declaração de Salvador
26 e 27 de jul. de 2007	Valparaíso, Chile	X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Cultura	Ratificação da Declaração de Salvador
8 a 10 de nov. de 2007	Santiago, Chile	XVII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	Aprovação da Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana Ibero-museus / Definição de 2008 como "Ano Ibero-Americano de Museus"
29 a 31 de out. de 2008	San Salvador, El Salvador	XVIII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	Transformação da "Iniciativa Ibero-museus" em "Programa Ibero-museus"

"Embora o Comitê Intergovernamental do Programa Ibero-museus e sua Unidade Técnica tenham tentado, entre 2010 e 2015, inserir critérios que beneficiassem projetos e processos de regiões de baixo IDH, cidades interioranas, processos inclusivos de envolvimento comunitário e de valorização da Diversidade, em todas as edições do prêmio o fomento convergiu sistematicamente para as instituições e regiões mais fortes, do ponto de vista econômico e político."

25. Ibram – Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei nº 11.906 de 2009.

26. Ver a tese de Simone Flores Monteiro, denominada "Política Pública para Museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus", defendida em janeiro de 2015, no âmbito do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.

27. Redes de Museos en Iberoamérica – Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas en el espacio iberoamericano. Ministerio de Cultura. España, 2009. Ana Azor Lacasta – texto introdutório.



Acervo de imagens do Programa Ibermuseum

“MEMÓRIA E MUDANÇA SOCIAL” foi o tema do VII Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado em Barranquilha (Colômbia), em outubro de 2013. Na ocasião, os representantes dos órgãos responsáveis pelos museus da Ibero-América debateram sobre o contexto do setor na região e alinharam políticas públicas para a área museal.

A partir dos encaminhamentos e compromissos firmados, estabeleceu-se, em Brasília, o escritório do Programa Ibermuseum. Os representantes dos países ibero-americanos passaram a se reunir anualmente, em Comitê Intergovernamental, para deliberar acerca das linhas de ação do programa: educação, patrimônio em risco, curadoria, observatório ibero-americano de museus, formação, capacitação, sustentabilidade, e a realização com periodicidade anual do Encontro Ibero-Americano de Museus. Além dos projetos executados de forma direta, anualmente são lançados prêmios, editais e convocatórias públicas, abertas a instituições museológicas e a candidaturas dos países ibero-americanos. Este é o caso dos editais de Curadoria e de Educação analisados na próxima sessão deste artigo.

Programa Ibero-museus – pragmatismo estruturado e três tipos de concentração

As linhas de ação de Educação e Museus e de Curadoria são, desde 2010, as principais iniciativas do Programa que permitem o fomento direto a instituições, museus, associações, organizações, coletivos e outros “processos de memória”, por meio de editais de concorrência pública.

O Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus chegou à sua sexta edição no ano 2015, mantendo-se assim como a convocatória mais estável do Ibero-museus, com edição anual desde 2010. Já o edital *Conversaciones*²⁸ possuiu três edições, com premiações a projetos em 2010, 2011 e 2015. Os editais lançados alcançaram grande repercussão na Ibero-América, com um incremento anual no número de participações. Entretanto, de acordo com os dados das várias edições dos prêmios, percebe-se a concentração dos recursos em ao menos três aspectos, ou escalas: a. entre os países mais desenvolvidos (considerando o IDH); b. entre os mais destacados centros econômicos e políticos nesses países e c. entre grandes museus, instituições tradicionais e outras com maior facilidade de captação²⁹. Embora o Comitê Intergovernamental do Programa Ibero-museus e sua Unidade Técnica tenham tentado, entre 2010 e 2015, inserir critérios que beneficiassem projetos e processos de regiões de baixo IDH, cidades interioranas, processos inclusivos de envolvimento comunitário e de

28. Convocatória do Programa Ibero-museus destinada a financiar projetos de curadoria conjunta entre duas instituições ou mais, de países diferentes. Para tanto, são apoiados projetos expositivos e de circulação de acervos museológicos para o intercâmbio entre instituições de países da Ibero-América.

29. Para tanto, foram considerados os dados coletados sobre os resultados dos editais das duas linhas de ação até o ano 2015.

“Embora o Comitê Intergovernamental do Programa Ibero-museus e sua Unidade Técnica tenham tentado, entre 2010 e 2015, inserir critérios que beneficiassem projetos e processos de regiões de baixo IDH, cidades interioranas, processos inclusivos de envolvimento comunitário e de valorização da Diversidade, em todas as edições do prêmio o fomento convergiu sistematicamente para as instituições e regiões mais fortes, do ponto de vista econômico e político.”

“A concentração dos projetos beneficiados entre os centros políticos e econômicos dos países ibero-americanos está, por sua vez, associada à forte concentração de instituições e projetos oriundos de tais contextos.”

valorização da Diversidade, em todas as edições do prêmio o fomento convergiu sistematicamente para as instituições e regiões mais fortes, do ponto de vista econômico e político.

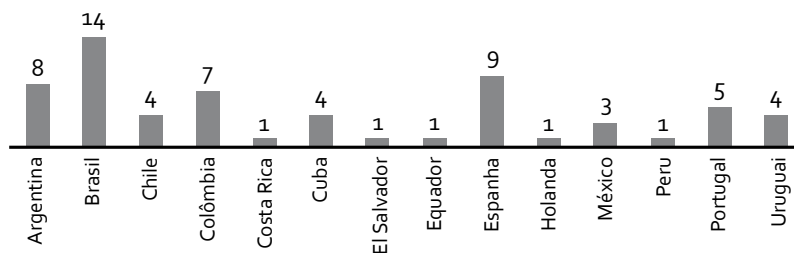
A primeira escala de concentração, a dos países mais desenvolvidos, é explicitada quando os mesmos são agrupados entre aqueles de IDH Muito Alto, de IDH Alto e de IDH Médio. Em todos os pleitos foram beneficiadas 63 instituições, que receberam o total de US\$ 785.000,00. Das 63 beneficiárias, apenas uma instituição é proveniente do grupo de países com IDH mais baixo, sendo todas as demais de IDH Alto e Muito Alto:

Tabela II
Países agrupados por IDH

IDH Muito Alto	IDH Alto	IDH Médio
Andorra, Argentina, Chile, Espanha, Portugal	Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Mexico, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela	Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana

Fonte: a partir de dados do PNUD 2014.

Gráfico I
Número de instituições beneficiadas por país³⁰
Editais de Educação e Museus / *Conversaciones*



Fonte: a partir de dados do Programa IberoMuseus.

30. Para a contabilização foram consideradas as instituições que receberam diretamente os desembolsos e, no caso do edital *Conversaciones*, também as instituições beneficiadas indiretamente (instituições cooperantes). Nesse caso, embora os desembolsos fossem depositados nas contas das instituições proponentes, os projetos eram de execução coordenada entre as instituições envolvidas. Ademais, o edital permitia a coparticipação de instituições de fora da região ibero-americana, desde que em cooperação com alguma instituição ibero-americana. Tal é o caso da Holanda, que figura como país beneficiado pelo projeto "Compartilhando Coleções e Conectando Histórias", apresentado pelo Museu Emílio Goeldi (Brasil) juntamente com o *National Museum of Ethnology* (Holanda).

Ao ser observado o índice de concentração dos projetos entre os grupos de IDH, considerando o número médio de projetos por país beneficiado em cada grupo de IDH, a concentração evidencia-se entre aqueles de IDH mais alto.

Tabela III			
Índice de projetos beneficiados por agrupamento de países/IDH			
Grupo de IDH	Número de países	Projetos beneficiados	Índice
Muito Alto	6	27	4,50
Alto	11	35	3,18
Médio	6	1	0,17

Fonte: a partir de dados do Programa Ibermuseum e do PNUD 2015.

A segunda escala de concentração diz respeito à canalização dos recursos para instituições localizadas em destacados centros políticos e econômicos. Considerando os projetos executados em instituições das capitais nacionais e regionais³¹, frente àqueles executados no interior ou de forma itinerante: 65% das instituições beneficiadas foram de capitais, enquanto 35% de regiões interioranas ou referentes a projetos itinerantes³².

A concentração dos projetos beneficiados entre os centros políticos e econômicos dos países ibero-americanos está, por sua vez, associada à forte concentração de instituições e projetos oriundos de tais contextos. Cumpre, entretanto, frisar a necessidade de gerar e aperfeiçoar mecanismos que estimulem e valorizem a participação de instituições de regiões mais distantes, que em muitas ocasiões sequer tomam conhecimento dos editais e chamadas públicas.

Finalmente, a terceira escala de concentração refere-se à que está associada a grandes grupos institucionais e com grande capacidade de captação, ou museus nacionais, e aos processos museais tradicionais com estruturas e equipes técnicas qualificadas. Trata-se, aqui, de um cruzamento de dados mais complexo, em virtude das relações estabelecidas entre as instituições, os grupos sociais e as empresas que patrocinam os projetos, diretamente ou por meio de incentivos fiscais. Destaca-se, neste caso, a baixa participação direta de grupos e movimentos sociais organizados, ou

31. Foram tratadas como capitais regionais aquelas referentes ao segundo nível das administrações públicas, sejam capitais de estados ou províncias, como nos casos do México, Brasil, Argentina, ou de Comunidades Autônomas, como no caso espanhol, e Distritos, como no caso português.

32. De acordo com dados e relatórios do Programa Ibermuseum, disponíveis na sede do Programa em Brasília e no escritório regional da OEI. As listas de instituições beneficiadas estão disponíveis no website do Programa Ibermuseum: www.ibermuseum.org. Acesso em: 15 de abril de 2016. Das 63 instituições beneficiadas, 41 são oriundas de capitais nacionais e regionais, e 22 de cidades interioranas ou projetos itinerantes.

33. De acordo com consultas aos resultados dos editais disponíveis no Portal Ibermuseum.

34. O último documento da Unesco referente a Museus havia sido publicado em 1960 – Recommendation concerning the Most Effective Means of Rendering Museums Accessible to Everyone.

“A análise das instituições que receberam recursos dos editais do Programa Ibermuseum aponta para um desvio relativo à orientação original do Programa, qual seja, a de fomentar processos de base comunitária, oriundos de grupos tradicionalmente excluídos das políticas públicas.”

mesmo de populações sistematicamente excluídas das políticas públicas.

A análise das instituições que receberam recursos dos editais do Programa Ibermuseum aponta para um desvio relativo à orientação original do Programa, qual seja, a de fomentar processos de base comunitária, oriundos de grupos tradicionalmente excluídos das políticas públicas. Em grande parte dos projetos focados em tais grupos, há uma espécie de tutela de instituições mais fortes, seja politicamente, tecnicamente ou economicamente. Há considerável destinação do fomento a instituições de grande porte, sejam elas privadas, como a Fundação La Caixa, da Espanha, a Bienal de São Paulo, Fundação Serralves, ou museus tradicionais, como o Museu Emilio Goeldi e o Museu Nacional da Colômbia, apoiados em edições da convocatória *Conversaciones*.

Entre os quarenta e cinco projetos fomentados pelo edital de Educação e Museus de 2010 a 2015, ao menos dezenove foram de associações e fundações privadas. O restante dos recursos dividiu-se entre instituições públicas nacionais ou descentralizadas, sejam elas museus nacionais ou instituições vinculadas a outras entidades como universidades, ministérios ou secretarias³³. Entre as instituições privadas, o que chama a atenção é a presença de instituições ligadas a grandes empresas, que estabelecem fundações de cultura e de memória a fim de desenvolver projetos de inserção nas comunidades onde atuam, como a Associação Memorial Minas Gerais Vale, o Museu de Artes e Ofícios (financiado por incentivos fiscais e apoio de grupos como a construtora Andrade e Gutierrez, a telefônica Oi, a Gerdau e o Banco Itaú), o Museu da Língua Portuguesa e o Museu do Futebol (ambos com concepção e apoio da Fundação Roberto Marinho), dentre outros.

Seguindo por essa vereda, é possível perceber certa deturpação do sentido original das políticas públicas inclusivas. Concretamente, trata-se de examinar o sentido que há em favorecer instituições amplamente favorecidas e atendidas.

Não se trata de questionar o mérito dos projetos ou das próprias instituições, mas de enfatizar as contradições impostas no fomento a grupos consolidados, sendo que o Programa se propõe ou se propunha inicialmente a financiar iniciativas de base comunitária e processos museais de grupos historicamente isolados das dinâmicas da gestão pública. Ainda que alguns projetos envolvam tais grupos sociais, o protagonismo de sua gestão segue concentrado em grandes instituições. Mesmo com a participação de alguns grupos e projetos de base comunitária, esses não configuram a maioria no recebimento do fomento.

Evidentemente, a concentração dos recursos dá-se também pelo maior número de inscrições de instituições provenientes das três escalas de concentração apresentadas: os países de IDH mais alto, os grandes centros econômicos e políticos e as instituições com recursos e equipes qualificadas. Entretanto, há de ser levada em conta a necessidade de um Programa de Cooperação Internacional como o Ibermuseus, dadas as suas fontes e conceitos de inspiração e o interesse nos processos de redução de concentração de renda.

Ademais, os processos de informatização, participação digitalizada e, sobretudo, o afastamento que ocorre entre os centros gestores (Unidade Técnica Ibermuseus) e as bases comunitárias evidenciam a ilusão de fluidez dos processos comunicacionais contemporâneos, seja para a divulgação das linhas de fomento, seja para a disseminação e efetivação da participação.

“ (...) é possível perceber certa deturpação do sentido original das políticas públicas inclusivas. Concretamente, trata-se de examinar o sentido que há em favorecer instituições amplamente favorecidas e atendidas.”

Considerações finais

A Declaração de Salvador (2007) contribuiu para reavivar o debate acerca das políticas públicas para os museus na Ibero-América e também no âmbito global. Suas inquietudes, inspiradas na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, reverberaram recentemente na “Recomendação sobre a proteção e a promoção dos museus e coleções, de sua diversidade e de sua função na sociedade”, aprovada e divulgada pela Unesco, em 2015. A referida Recomendação constitui-se, a rigor, num dispositivo norteador dos organismos voltados para o setor museal³⁴.

Os problemas colocados pela Declaração de Salvador enfatizaram e trouxeram à tona debates acerca da função social dos museus nas sociedades contemporâneas. Esses debates foram fortalecidos nos últimos dez anos e contribuíram para a construção de políticas culturais. Entretanto, conforme foi discutido neste artigo, ao transformar algumas ideias em Programa, com orçamento e estrutura para a sua execução, o resultado mostrou-se, em alguns pontos, distante do que foi pensado. A concentração em três escalas evidenciou e evidencia as limitações do Programa IberoMuseus, mas também propõe desafios para o seu fortalecimento, para a sua reimaginação.

A desconcentração do fomento e o favorecimento da diversidade cultural de grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas culturais são essenciais, considerando as agendas de cooperação cultural internacional e as perspectivas de uma Museologia Social de acordo com os preceitos da Declaração de Salvador. A ênfase obsessiva nos projetos, de que fala J. P. Boutinet (2002), favorece, de um lado, as instituições tradicionais e, de outro, a “responsabilidade social corporativa” de grandes grupos. Mais que mecanismos de direcionamento do fomento, recomenda-se meios de reconhecimento e incentivo das práticas e processos culturais, complexos, dinâmicos e alheios às categorizações fechadas presentes nas definições dos editais públicos.

Os editais acabam por beneficiar o mérito cartorial, documental, jurídico e a cultura da assim chamada “boa gestão” dos projetos culturais, sobrepondo-se à justa gestão de processos culturais. Talvez por facilidade

de articulação, considerando uma sociedade mais sujeita e afeita a MBAs que a investigações aprofundadas, mais aberta e receptiva a processos doutrinários de administração de *stakeholders* do que a exercícios de reflexão que possibilitem debates acerca das dinâmicas culturais contemporâneas, talvez, nessa vereda, os museus tenham alguma coisa a dizer e alguma contribuição a dar. Em tempos de estratégias que miram a geração de resultados quantificáveis e monetizáveis, a compreensão de dinâmicas culturais é minada, havendo poucos recursos adicionais para a sua inclusão nas discussões sobre as políticas públicas. Dois são os principais beneficiados com as políticas de editais públicos, tal como se organizam: grupos especializados em gestão e grandes instituições com equipes de especialistas, na maior parte das vezes localizados em contextos mais ricos e com melhores IDHs.

Algumas questões emergem, então, desse contexto e permanecem abertas, como sugestões para reflexões: de que maneira poderiam ser aprimorados os processos e projetos de Cooperação Internacional do Ibermuseus, de forma a retomar a sua inspiração e favorecer os grupos para os quais deveria ser destinado? O que fazer com a contradição de chamamentos voltados ao desenvolvimento comunitário, à educação ou à própria emancipação de sujeitos, mas que se encerram nos serviços dos grupos de especialistas ligados às grandes instituições? Como não reproduzir o aumento do fomento a um mercado de gestão dominado por grupos especializados em chamadas públicas?

“ (...) ao transformar algumas ideias em Programa, com orçamento e estrutura para a sua execução, o resultado mostrou-se, em alguns pontos, distante do que foi pensado. A concentração em três escalas evidenciou e evidencia as limitações do Programa Ibermuseus, mas também propõe desafios para o seu fortalecimento, para a sua reimaginação.”

“Os editais acabam por beneficiar o mérito cartorial, documental, jurídico e a cultura da assim chamada “boa gestão” dos projetos culturais, sobrepondo-se à justa gestão de processos culturais.”

No contexto de manutenção de editais públicos baseados na objetividade dos projetos e na ideia da boa gestão, quanto mais nos distanciamos do local, quanto mais diminuimos a escala e nos aproximamos da ideia do global, do universal, maior se torna o risco de políticas que fomentem a concentração de recursos e a manutenção de discursos hegemônicos. Parte da solução estaria em processos de descentralização de comitês de análise, inserção de grupos sociais na elaboração das políticas e na definição de distribuição de recursos, de forma que os processos deixem de ser unicamente técnico-setoriais e passem a ser considerados no âmbito do interesse de grupos sociais. ■

Marcelo Lages Murta é Doutorando em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal, com bolsa da CAPES. Possui mestrado em Cooperação Internacional e Desenvolvimento pela Universidade da Cantabria, (Espanha), e graduação em História pela UFMG. Tem experiência em Políticas Públicas, Cultura e Cooperação Internacional, tendo atuado como consultor da Unesco no Iphan e no Ministério da Cultura, como Consultor de Projetos do Programa IberoMuseus/OEI, parecerista do MinC e projetos de Memória e Patrimônio em Minas Gerais.

Mario de Souza Chagas é poeta, possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio – 1976), Licenciatura em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ – 1980), mestrado em Memória Social pela Unirio (1997) e doutorado em Ciências Sociais pela UERJ (2003). É membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico Brasileiro. Atualmente é professor da Unirio, com atuação na Escola de Museologia e no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), é coordenador técnico do Museu da República (Ibram/MinC), professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), professor colaborador do Programa de Pós-graduação de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), conselheiro científico do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), membro do conselho consultivo dos Cadernos do Ceom da Unochapecó e dos Cadernos de Sociomuseologia da ULHT. Tem experiência no campo da museologia e da museografia, com ênfase na museologia social, nos museus sociais e comunitários, na educação museal e nas práticas sociais de memória e patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "A nova esquerda: uma visão a partir do sul", *Filosofia Política*, vol. 6, 2000.

Banco de Boas Práticas em Ação Educativa. Programa Ibero-museus. Disponível em www.ibermuseus.org. Acesso em: 10 de abril de 2016.

BOUTINET, J. P. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)*. In: *Cadernos do Ceom – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*. Ano 27, n. 41. Unochapecó, 2014.

Declaração da Cidade de Salvador, 2007. Encontro Ibero-Americano de Museus. Programa Ibero-museus. Salvador, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Coleção Leitura – 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LACASTA, Ana Azor. *El Programa Ibero-museos y los Encuentros iberoamericanos de museos como herramientas de cooperación*. In: *Museos. Es*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Madrid, 2012.

Mesa-redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972 / José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (Organización). – Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibero-museos, 2012.

Panorama dos Museus na Ibero-América. O estado da questão.

Observatório Ibero-Americano de Museus. Programa Ibero-museus. Madrid, 2012.

PRIMO, Judite (Org.). *Museologia e património: documentos fundamentais*. In: *Caderno de Sociomuseologia*, v. 15, n. 15 (1999), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Programa de Acción – XVII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno. Secretaría General Iberoamericana, 2007.

Programa Ibero-museus – Relatório de atividades 2014. Outubro, 2014. Unidade Técnica do Programa Ibero-museus.

RANCIÈRE, J. (2010). *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad / Programa Democracia y Transformación Global, Lima, 2010.

STENOU, Katérina. *Unesco and the issue of Cultural Diversity – Review and Strategy, 1946 – 2004. A Study based on official documents*. Paris, 2004.

Unesco. *Recommendation Concerning the Protection an Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society*. Unesco, 2015.

UPRIMNY, Rodrigo. *The recent transformation of Constitutional Law in Latin America: Trends and Challenges*. *Texas Law Review*, June 2011.

X Conferência Ibero-Americana de Cultura – Declaração de Valparaíso. Secretaria Geral Ibero-Americana, 2007.